

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

SETOR ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO**, **Nº 01/2013 – SR/DPF/RJ**

**PROCESSO Nº 08455.017304/2013-01**

A Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, Órgão da Administração Direta Federal vinculado ao Ministério da Justiça, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº 1, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ, doravante denominada **SR/DPF/RJ**, por intermédio da **Comissão Permanente de Licitação**, designada pela Portaria nº 174/2012, de 05 de outubro de 2012, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **CREDENCIAMENTO**, a ser realizado na forma da Lei n° 8.666/93, dos Decretos 21.981, de 19/10/1932, nº 22.427, de 01/02/1933, e 99.658, de 30/10/1990, e da Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, com o objetivo de contratar serviços de leiloeiro para preparação, organização e condução de leilão público para alienação onerosa de bens móveis inservíveis da **SR/DPF/RJ.** A licitação dos bens móveis considerados inservíveis pela **SR/DPF/RJ** será regida pelas normas e condições estabelecidas neste Edital, na modalidade “Leilão”, obedecendo a Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislações correlatas.

Constituem anexos do presente instrumento e dele fazem parte integrante:

**Anexo I – Projeto Básico; e**

**Anexo II – Minuta de Contrato.**

**1. OBJETO**

**1.1** O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de leiloeiros oficiais para processar os serviços abaixo discriminados e de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Projeto Básico:

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE OU DE POSSE DA SR/DPF/RJ.**

**1.2** Este Edital de Credenciamento visa a **pré-qualificação e seleção** de Leiloeiros Oficiais para futuras realizações de licitações públicas na modalidade “leilão”, não gerando, portanto, a obrigação por parte da **SR/DPF/RJ** em celebrar contrato com os futuros credenciados.

**2. ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CREDENCIAMENTO**

**2.1** A sessão pública do Credenciamento terá início com a entrega do envelope contendo toda a documentação de Habilitação e deverá ser entregue, devidamente fechado, impreterivelmente no local e data especificados abaixo:

**ENDEREÇO:** Auditório Principal da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, sito a Av. Rodrigues Alves, nº 1, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20081-250.

**DATA: 05/06/2013.**

**HORÁRIO: 10:00h às 10:30h –** Entrega dos envelopes contendo os documentos para habilitação prevista no item 5.

**2.2** Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF;

**2.3** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do **credenciamento** na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço estabelecido;

**2.4** No local, data e horário indicados serão realizados os procedimentos pertinentes a este Credenciamento, com respeito a:

**2.4.1** recebimento dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação de cada interessado;

**2.4.2** abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação de cada interessado;

**2.4.3** devolução dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação aos licitantes inabilitados;

**2.4.4** seleção dos licitantes habilitados, podendo o sorteio para a formalização do Rol dos Credenciados ser realizado no mesmo dia ou em data posterior a ser informada.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** Poderão participar do certame somente **pessoas físicas** que sejam Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrados na categoria de classe (Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA), que reúnam as condições de qualificação exigidas neste Edital, cadastrados ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). O cadastramento no SICAF poderá ser realizado em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais - SISG, localizados nas Unidades da Federação;

**3.2** É vedada a participação de:

**3.2.1** Empresas e Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.2.2** Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitação realizada pela **SR/DPF/RJ**;

**3.2.3** Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**3.2.4** Leiloeiros impedidos de contratar com o Poder Público em razão de outras sanções administrativas ou judicialmente aplicadas;

**3.3** O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo estes mediatamente excluídos do rol de credenciados prestados. Ressaltamos que este deverá seguir rigorosamente o exposto no Decreto nº 99.658 de 30/10/1990, Decreto nº 21.981 de 19/12/32, Decreto nº 22.427 de 01/02/1933, da Lei 8.666 de 21/06/93, e das demais legislações pertinentes;

**4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**4.1** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o prazo legal não serão aceitas alegações de desconhecimento;

**4.2** Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, em sessão pública, contendo a documentação relativa ao processo de credenciamento dos Leiloeiros interessados, qualquer cidadão, com plena capacidade civil, é parte legítima para impugnar este edital;

**4.3** Caberá à Administração processar e responder à impugnação em até vinte quatro horas;

**4.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**4.5** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o Leiloeiro que não o fizer até o 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura dos envelopes;

**4.6** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo deverão ser enviados a Comissão Permanente de Licitação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura dos envelopes dos envelopes em sessão pública;

**4.7** Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital poderão ser enviados por **por e-mail** [**cpl.srrj@dpf.gov.br**](mailto:cpl.srrj@dpf.gov.br) **,** ou podem ser protocolados no **SELOG/SR/DPF/RJ sito à Av. Rodrigues Alves, nº1, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Telefones: (21) 2203-4418 e 2203-4419, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, 3º andar, e atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências**:

**4.7.1** Documento elaborado em duas vias, ambas rubricadas em todas as folhas, e assinadas na última, o que também será feito pelo servidor que o receber. Além disto, o referido servidor deverá carimbar o documento, datar, acostar uma via ao processo, e devolver outra ao peticionário;

**4.7.2** Alegações fundamentadas, e se for o caso, pedido instruído com documentação/provas que se fizerem necessárias;

**4.7.3** Se interposta por pessoa física, a petição deverá estar acompanhada de cópia xerográfica do documento de identidade de seu signatário;

**4.7.4** Se apresentada por pessoa jurídica, deverá conter a devida qualificação da pessoa jurídica (nome/CNPJ/endereço/telefone), e a identificação/correlação de quem interpôs o pedido pela empresa;

**4.8** A Comissão Permanente de Licitação decidirá sobre o pedido interposto no prazo máximo de vinte e quatro horas, contados da sua protocolização, apoiado se necessário pelo Setor Técnico Demandante, pelo Órgão Jurídico, Contábil, e/ou outros, conforme o caso;

**4.9** A falta de pedido de esclarecimentos ou a não impugnação aos termos deste edital de CREDENCIAMENTO, na forma e prazo legalmente definidos, acarreta a decadência do direito de arguir as regras do certame;

**4.10 A SR/DPF/RJ** não se responsabilizará por pedidos de esclarecimentos ou impugnações protocolizadas fora do prazo, e em local diverso do mencionado neste Edital;

**4.11** Os interessados em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes às impugnações e esclarecimentos no Sítio Oficial da **SR/DPF/RJ** (http://www.dpf.gov.br/servicos/licitacoes/2013/rio-de-janeiro/leilao);

**5. DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO**

**5.1** Os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada por cartório competente, ou original e cópia para ser autenticada pela Comissão, ou servidor da Administração;

**5.1.1** As certidões e cópias autenticadas, a serem apresentadas à Comissão Permanente de Licitação, não poderão ter o prazo superior a 90 (noventa) dias de sua emissão;

**5.1.2** Leiloeiros com o cadastro em dia no SICAF estarão dispensados de apresentar a documentação exigida pelo mesmo, cabendo à Comissão a verificação no SICAF (CONSITFORM);

**5.2** Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou de documentos de que trata este item 5, sendo a apresentação dos referidos de inteira responsabilidade do Leiloeiro Oficial;

**5.3 Do Requerimento**

**5.3.1** Os Leiloeiros Oficiais interessados no credenciamento deverão formalizar requerimento dirigido à Comissão Permanente de Licitação, conforme modelo abaixo, e instruí-lo obrigatoriamente com a Documentação constante deste item 5 do Edital e seus subitens.

**REQUERIMENTO**

**À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JUCERJA número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,telefones\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,email\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_vem perante esta Comissão manifestar meu interesse em realizar Leilões Oficiais destinados à alienação de bens móveis inservíveis da SR/DPF/RJ, sendo que aceita todos os termos contidos no edital e seus anexos – Projeto Básico e Contrato.

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**5.4 Da Documentação de Habilitação**

**5.4.1 Da Documentação relativa à Habilitação Jurídica**

**5.4.1.1** Cédula de Identidade, CPF e Título de Eleitor – original e/ou cópia autênticada;

**5.4.1.2** Prova de matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) e situação de regularidade para o exercício da profissão, nos termos do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932, do Decreto nº 22.427, de 01/02/1933, e da Instrução Normativa número 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC);

**5.4.1.3** Certidões Negativas, ou Positivas com efeito negativa, dos distribuidores e das Varas Cíveis e Criminais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;

**5.4.2 Da Documentação relativa à Regularidade Fiscal (atentar para o item 5.1.2)**

**5.4.2.1** Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

**5.4.2.2** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do local onde esteja registrada a matrícula do Leiloeiro, na forma da lei;

**5.4.2.3** Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio;

**5.4.2.4** Prova de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, com seu prazo de validade em vigor na data da abertura do julgamento, podendo a Comissão, a seu critério, consultar o cadastro da CEF;

**5.4.3 Da Documentação relativa à Qualificação Técnica**

**5.4.3.1** Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) ter o requerente executado de forma satisfatória leilão(ões) de **veículo(s**);

**5.4.3.2** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação e assinatura do signatário, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante, e estar instruído com cópia(s) do(s) extrato(s) da(s) publicação(ões) que comprove(m) a realização do(s) leilão(ões);

**5.5 Das Declarações**

**5.5.1** Os Leiloeiros deverão apresentar, além dos documentos relacionados nos subitens anteriores, as declarações a seguir, conforme modelos aqui constantes.

**5.5.1.1** Declaração de Inexistência de fatos impeditivos.

**DECLARAÇÃO I**

**REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE OU DE POSSE DA SR/DPF/RJ.**

Eu,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JUCERJA número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e do CPF número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**5.5.1.2** Declaração de que o participante cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e demais legislações pertinentes.

**DECLARAÇÃO II**

**REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE OU DE POSSE DA SR/DPF/RJ.**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JUCERJA número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e do CPF número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, em obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999 que não emprego menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de 16(dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**5.5.1.3** Declaração de que está em situação regular para o exercício da profissão.

**DECLARAÇÃO III**

**REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE OU DE POSSE DA SR/DPF/RJ.**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na JUCERJA número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, da cédula de Identidade número \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e do CPF número\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente/domiciliado no município de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, à Rua/Avenida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **DECLARO**, sob as penas da Lei, que não me encontro destituído, suspenso, ou impedido de exercer a função de Leiloeiro Oficial, nos termos dos artigos 16 a 18 do Decreto Federal nº 21.981, de 19/10/1932, dos artigos 12 a 13 da Instrução

Normativa nº 113, de 28/04/2010 expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Local e data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**6. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

**6.1** Os Leiloeiros Oficiais interessados deverão entregar a documentação referida no item 5 deste Edital, no momento do credenciamento, em envelope fechado, no dia, hora e local informados no item 2 deste Edital;

**6.2** O envelope contendo o requerimento obrigatoriamente instruído com a Documentação de Habilitação, e as Declarações constantes do item 5 e seus subitens deverão ser apresentados em envelope indevassável, e ainda indicar em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Setor de Administração e Logística Policial – SELOG/SR/DPF/RJ, Comissão Permanente de Licitação, sito à Av. Rodrigues Alves, nº 1, 3º andar, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ.**

**PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE OU DE POSSE DA SR/DPF/RJ.**

**LEILOEIRO:.................................................................CPF:................................................................ E-MAIL:..................................FAC-SÍMILE:..........................**

**TELEFONES:......................................**

**6.3** Os envelopes deverão ser entregues na data, horário e local indicados no item **2** deste Edital, sendo vedada a remessa dos mesmos por via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste instrumento;

**6.4** Somente serão aceitos os envelopes que estiverem identificados corretamente, não sendo permitido à Comissão ou funcionário responsável fazer os respectivos acertos, devendo, se for o caso, anotar a anormalidade encontrada e comunicá-la por escrito à Comissão;

**6.5** Após o horário descrito no subitem **2.1 deste Edital,** nenhum envelope ou documento pertinente a este **Credenciamento** será recebido pela Comissão ou funcionário responsável, não sendo permitido aos interessados fazer acréscimos ou modificações nos envelopes já entregues;

**6.6** A entrega do envelope configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o requerente a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso;

**6.7** Cada Leiloeiro poderá apresentar apenas um envelope contendo a documentação;

**6.8** Os envelopes referidos neste item 6 permanecerão fechados e inviolados até a hora de sua abertura na sessão pública;

**7. SESSÃO PÚBLICA DO CREDENCIAMENTO**

**7.1 Da Sessão Pública de Abertura dos Envelopes**

**7.1.1** No local, data e hora marcados para a abertura da Sessão Pública, **conforme disposto no item 2.1**, a Comissão Permanente de Licitação apresentará aos presentes os envelopes entregues dentro do prazo previsto neste Edital, para rubrica de todos;

**7.1.2** A Comissão abrirá os envelopes, e após verificados, seus conteúdos serão rubricados por todos os presentes;

**7.1.3** Abertos os trabalhos da reunião pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos, nem serão permitidos adendos ou alterações naqueles que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos leiloeiros participantes;

**7.1.4** Após a rubrica a Comissão efetuará a análise da documentação apresentada nos termos deste Edital e da Legislação que disciplina a matéria, cujo resultado, proferido após as diligências eventualmente necessárias, será registrado em Ata;

**7.1.5** A sessão de abertura dos envelopes e aposição da competente rubrica mencionada neste subitem **7.1**, a critério da Comissão, à vista do volume de Pedidos de Credenciamento, poderá ser suspensa para posterior análise da documentação e julgamento dos Pedidos de Credenciamento;

**7.2 Da Sessão de Julgamento da Habilitação**

**7.2.1** Será desclassificado do credenciamento o Leiloeiro que deixar de apresentar a

documentação na forma e prazos previstos no item **5** deste Edital;

**7.2.2** O julgamento será efetuado de acordo com os requisitos previstos neste Edital, e será considerado habilitado o Leiloeiro Oficial que apresentar o Requerimento, as Declarações, e a documentação necessária à habilitação, em cópia autenticada por cartório competente, ou original e cópia para ser autenticada pela Comissão, ou servidor da Administração;

**7.2.3** Será considerado inabilitado o Leiloeiro Oficial que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade expirado(s);

**7.2.4** Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça seu entendimento;

**7.2.5** A ocorrência de fato superveniente que possa acarretar inabilitação de Leiloeiro deverá ser comunicada imediatamente à Comissão, no momento em que se verificar;

**7.2.6** Dada a natureza do contrato, bem como a especificidade dos serviços, serão **credenciados os Leiloeiros Oficiais** que atenderem as exigências às necessidades elencadas neste Edital;

**7.2.7** Após adoção das providências pela Comissão, todos os documentos serão juntados ao respectivo processo;

**7.2.8** A sessão de julgamento mencionada neste subitem **7.2**, a critério da Comissão, à vista do volume de Pedidos de Credenciamento, poderá ser suspensa para posterior continuação dos procedimentos;

**7.2.9** Será lavrada Ata que conterá o registro das principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes contendo a "Documentação para Habilitação”;

**7.2.10** Havendo renúncia expressa de todos os participantes ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão, o sorteio para ordenamento dos leiloeiros habilitados no banco de **credenciados**, de tudo lavrando-se Ata;

**7.2.11** Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente formalmente comunicado e aceito pela Comissão;

**7.3 Da Sessão de Classificação**

**7.3.1** A Comissão, após análise da documentação dos participantes e verificada sua regularidade, convocará os Leiloeiros Oficiais habilitados para a sessão pública de sorteio, **que poderá ou não ocorrer no mesmo dia disposto no item 2.1**, destinado à elaboração do rol de credenciados, sendo que a relação numerada obedecerá ao critério de ordem de sorteio;

**7.3.2** A sessão pública de sorteio para elaboração do rol de credenciados será realizada no Auditório Principal da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 3º andar, sito à Av. Rodrigues Alves, nº 1, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ**, em data e horário previamente designado e comunicado aos Leiloeiros Oficiais participantes;

**7.3.3** A relação numerada de Leiloeiros Oficiais credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado;

**7.3.4** O Leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação;

**7.3.5** Havendo descredenciamento de Leiloeiro, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais;

**8. PROCEDIMENTO DO SORTEIO**

**8.1** Para a Sessão do sorteio, a Comissão terá à sua disposição 2 (duas) urnas, sendo o procedimento realizado da seguinte maneira:

**8.1.1** Serão dispostas na urna de nº 1, tantas cédulas quantas forem os licitantes habilitados, cada qual com a indicação do nome dos leiloeiros em disputa;

**8.1.2** Serão dispostas na urna de nº 2, tantas cédulas quantas forem os licitantes habilitados, cada qual com a indicação da numeração do 1º (primeiro) até o último colocado;

**8.1.3** O Presidente da Comissão então procederá ao sorteio, retirando da urna de nº 1 o nome do leiloeiro e da urna de nº 2 a cédula que indicará a ordem que o licitante ocupará na lista dos leiloeiros em disputa (Rol de Credenciados);

**8.2** Será divulgado o resultado de julgamento no **sítio da SR/DPF/RJ**, qual seja, http://www.dpf.gov.br/servicos/licitacoes/2013/rio-de-janeiro/leilao;

**9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1** Das decisões da Comissão Permanente de Licitação de inabilitação do participante ou de elaboração da lista dos credenciados caberá recurso a ser interposto no prazo de no mínimo vinte minutos para que qualquer leiloeiro manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos;

9.2 Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão Permanente de Licitação, por seu Presidente, verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1 Neste momento o Presidente da Comissão Permanente de Licitação não adentará no mérito recursal, mas apenas verificara as condições de admissibilidade do recurso.

9.3 A falta de manifestação motivada do leiloeiro quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação ao(s) vencedor(es).

9.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá , a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões via e-mail ou endereço informado no subitem 4.7.

9.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetívveis de aproveitamento.

9.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital,facultada a extração de cópia a expensas do solicitante;

**10. HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

**10.1** Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados, respeitando a ordem de classificação por sorteio, será homologada pela Autoridade competente e publicada no Diário Oficial Da União e no Sítio da SR/DPF/RJ;

**11. VIGÊNCIAS**

**11.1** O presente Credenciamento vigerá pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da publicação da relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados no Diário Oficial da União;

**11.2** O contrato a ser celebrado terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da SR/DPF/RJ e com a concordância do leiloeiro contratado, por período igual ou inferior, até o limite permitido na Lei nº 8.666/93, com atribuição de 01 (um) leilão para cada leiloeiro, sucessivamente, e de acordo com a ordem estabelecida no sorteio;

**12. CONTRATO**

**12.1** Concluído e homologado o Credenciamento, os Leiloeiros Oficiais credenciados, obedecida a ordem de classificação, de acordo com a oportunidade e conveniência da SR/DPF/RJ, serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços.

**12.2** O Leiloeiro Oficial credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de FAX, correio eletrônico, ou notificação pessoal;

**12.3** Quando o Leiloeiro Oficial credenciado convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não comparecer, será convocado o leiloeiro credenciado seguinte constante da lista resultante deste procedimento;

**12.4** A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro Leiloeiro Oficial credenciado, obedecida a ordem estabelecida no sorteio, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos, e na legislação que disciplina a matéria;

**12.5** Se entre a data da apresentação da documentação completa e a data prevista para assinatura do Contrato decorrer lapso superior a 90 (noventa) dias, o Leiloeiro Oficial deverá, para assinatura do referido instrumento, declarar que mantém as mesmas condições exigidas para o Credenciamento e apresentar, se for o caso, nova documentação para substituir aquela que porventura estiver com prazo de validade expirado;

**12.6** **Para fins da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, o leiloeiro credenciado deverá comprovar através de documentos, tais como, escritura(s), contrato(s) de locação ou contrato(s) de prestação de serviço que cumpre os requisitos do item 5 do termo de referência. A não comprovação de tais requisitos, que poderá ser verificada através de diligência realizada por servidor designado pela Administração, acarretará o descredenciamento do leiloeiro, sendo convocado então o próximo leiloeiro, obedecida a ordem de classificação.**

**13. PREÇO E FORMA DE REMUNERAÇÃO**

**13.1** Fica estabelecido que a Taxa de comissão devida ao Leiloeiro, prevista no caput do artigo 24 do Decreto 21.981/32 terá o percentual de 0% (zero por cento), não cabendo nenhuma outra taxa nem valor a serem pagos pelo COMITENTE/CONTRATANTE.

**13.2** Fica definida que a única remuneração devida ao Leiloeiro será a taxa de comissão de 5% (cinco por cento), prevista no Parágrafo único do artigo 24 do Decreto 21.981/32, calculada sobre o valor do bem arrematado e devida única e exclusivamente pelo arrematante no momento da arrematação.

**13.3** A cobrança da Taxa descrita no item 13.2 ficará única e exclusivamente por conta do Leiloeiro, não cabendo ao COMITENTE/CONTRATANTE evidenciar qualquer esforço junto ao arrematante pelo recebimento desta.

**13.4** As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste edital correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados;

**13.5** Não cabe ao CONTRATANTE-SR/DPF/RJ, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la;

**13.6** Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do leilão público ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte do SR/DPF/RJ;

**13.7** Em qualquer hipótese, caso a arrematação não se efetive com a entrega do bem ao arrematante, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial.

**13.8** O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados;

**13.9** Caberão ao Leiloeiro Oficial todas as despesas e providências com a remoção do(s) veículo(s) para o local a ser efetuado o leilão e a sua guarda, e deste para a SR/DPF/RJ, em caso de insucesso na arrematação;

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo-lhe franqueada vista ao processo;

**14.2** Por infração a normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 109 da Lei n° 8.666/93, e demais normas aplicáveis, será cancelado o credenciamento nos seguintes casos:

**14.2.1** Recusa injustificada em assinar o contrato para realização do leilão;

**14.2.2** Rescisão contratual a que tenha dado causa;

**14.2.3** Omissão de informações, ou a prestação de informações inverídicas;

**14.2.4** Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

**14.2.5** Demais hipóteses de impedimento previstas no Edital e seus anexos, no contrato, nos Decretos n° 21.981/32 e 22.427/33, e na legislação que disciplina a matéria;

**14.3** A recusa do Leiloeiro Oficial credenciado em assinar o Contrato, ou retirar o instrumento, dentro do prazo estabelecido pela SR/DPF/RJ, bem como o atraso e/ou sua inexecução total ou parcial, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida, passível da aplicação das seguintes sanções:

**14.3.1** Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

**14.3.2** Multa, moratória e/ou indenizatória, nos seguintes percentuais:

**14.3.2.1** 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia, sobre o valor total da avaliação dos bens a serem leiloados;

**14.3.2.2** 10% (dez por cento) sobre o valor dos bens avaliados destinados a leilão, no caso de:

**14.3.2.2.1** Recusa injustificada em executar o objeto;

**14.3.2.2.2** Prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização;

**14.3.2.2.3** Desatender às determinações da fiscalização;

**14.3.2.3** 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão e destinados a leilão, no caso de:

**14.3.2.3.1** Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30(trinta) dias na execução dos

serviços contratados;

**14.3.2.3.2** Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência,

imperícia, dolo ou má-fé venha causar dano a SR/DPF/RJ ou a terceiros, independente da obrigação do contratado em reparar os danos causados;

**14.3.2.3.3** Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado;

**14.3.2.3.4** Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no edital e seus anexos;

**14.3.2.3.5** Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções;

**14.3.2.4** O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão e destinados a leilão;

**14.3.2.5** Caso o Leiloeiro Oficial contratado não tenha nenhum valor a receber, ser-lhe-á

concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União, podendo, ainda, a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

**14.3.2.6** As multas previstas neste subitem não eximem o Leiloeiro Oficial credenciado e contratado da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

**14.3.3** Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública;

**14.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

**14.3.5** Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a contratada ao pagamento de indenização à contratante por perdas e danos;

**14.4** As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;

**14.5** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito;

**14.5.1** Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes;

**14.6** A advertência, a multa e a suspensão temporária serão aplicadas pela Autoridade competente da SR/DPF/RJ, mediante proposta do responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato;

**14.7** A imposição da declaração de inidoneidade é de competência do Ministro da Justiça, facultada a ampla defesa no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista;

**14.8** Se o Leiloeiro Oficial contratado inadimplir nas obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração comunicará à Junta Comercial do Rio de Janeiro – JUCERJA, para as medidas de sua competência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato, e das demais cominações legais;

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** A Administração poderá revogar o presente Credenciamento por interesse público,

devidamente justificado, sem que caiba ao participante direito a indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei;

**15.2** A Administração deverá anular, de ofício ou por provocação, o presente Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade, na forma da Lei.

**15.2.1** A anulação do procedimento não gera direito à indenização, salvo nos casos legais;

**15.3** É facultado à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;

**15.4** A tolerância da SR/DPF/RJ com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **Leiloeiro Contratado** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação;

**15.5** É vedado ao Leiloeiro Contratado subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo;

**15.6** Os casos omissos serão decididos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, cabendo recurso ao Superintendente Regional da SR/DPF/RJ;

**15.7** Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro - RJ para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro;

**15.8** O Leiloeiro Oficial contratado, responsável pelo leilão, deverá fornecer à **Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa** proposta de valores para alienação dos veículos que serão postos em leilão. Esses valores podem ou não ser aceitos, a critério da Comissão;

15.9 Não há quantitativo mínimo de veículos estabelecido por leilão, não podendo o Leiloeiro Oficial contratado para aquele leilão se furtar a realizá-lo;

**15.10** A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local. A Administração poderá utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional ao credenciamento;

Rio de Janeiro - RJ, 21 de maio de 2013

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

**CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LEILÕES DESTINADOS AO DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE OU POSSE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME PREVÊ O DECRETO Nº 99.658 DE 30/10/1990, DECRETO Nº 21.981 DE 19/12/32, DECRETO Nº 22.427 DE 01/02/33, E DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93, E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.**

**1- DA JUSTIFICATIVA**

1.1. A contratação de Leiloeiros Oficiais através do procedimento de credenciamento se fundamenta na necessidade de desfazimento de veículo(s) oficial(is) considerados inservíveis e de veículos apreendidos que se encontram nas instalações físicas desta Superintendência Regional no Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Os veículos oficiais considerados inservíveis e os veículos apreendidos que serão leiloados serão sistematicamente substituído(s) por veículos novos, em função de desgaste e/ou obsolescência ao longo do tempo nas dependências desta SR/DPF/RJ. Dessa maneira, considerando que o credenciamento terá duração de 60 (sessenta) meses, atenderá a novas demandas, que tenderão a se repetir.

1.3. Visto que o objetivo deste credenciamento é descartar uma grande quantidade de bens inservíveis que ocupa espaço físico nesta Superintendência, uma vez desocupado, será utilizado em atividades relacionadas à missão precípua deste Departamento.

1.4. A contratação de Leiloeiros Oficiais visa também suprir a ausência de servidores habilitados e/ou qualificados nesta Superintendência para o exercício dessa atribuição.

**2- DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto deste Credenciamento a contratação de leiloeiros oficiais para a realização de leilões destinados ao desfazimento de veículos oficiais considerados inservíveis de propriedade da SR/DPF/RJ e de veículos apreendidos, conforme prevê o Decreto nº 99.658 de 30/10/1990, Decreto nº 21.981 de 19/12/32, Decreto nº 22.427 de 01/03/1933, da Lei nº 8.666 de /21/06/93, e demais legislações pertinentes.

2.2. Na oportunidade, a contratação do leiloeiro designado para o desfazimento de bens ocorrerá mediante pesquisa na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, a qual disponibiliza os leiloeiros aptos para a execução do objeto. Diante do exposto, cabe ressaltar que será realizado o **sorteio** para definir a ordem de classificação de Leiloeiros Oficiais, conforme presume o item 8 (oito) do Edital.

2.3. A prestação dos serviços do Leiloeiro Oficial, no período de vigência do Credenciamento, será definida pela SR/DPF/RJ.

2.4. Para quaisquer esclarecimentos, notificamos que estará à disposição a Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa nomeada pelo Superintendente Regional do SR/DPF/RJ, pelo telefone: (21) 2203-4418 E (21) 2203-4419 e/ou no e-mail: cpl.srrj@dpf.gov.br.

2.5. É oportuno e conveniente notificar a publicação do Edital estabelecendo as datas, horários, quantitativo de bens permanentes e condições para a realização do Leilão Público.

**3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Serão aptos a participarem do assunto em tela, os leiloeiros que estiverem adimplentes com as documentações previstas no art. 2º do Decreto 21.981 de 19/12/32, Decreto nº 22.427 de 01/03/1933, Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, e atenderem satisfatoriamente as exigências contidas no Edital e neste Projeto Básico.

3.2. Ressaltamos que os leiloeiros credenciados deverão realizar vistoria *“in loco”* no depósito localizado nas dependências da SR/DPF/RJ, onde se encontram os veículos oficiais e os veículos apreendidos. Cabe ainda informar, que os leiloeiros oficiais deverão estar acompanhados pela Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa, de forma a apresentarem ao final de cada vistoria o **TERMO DE VISTORIA**, conforme modelo **Anexo I** deste Projeto.

3.3. Respeitadas às demais condições legais e as constantes do Edital e seus anexos, poderão participar do presente CREDENCIAMENTO os Leiloeiros Oficiais devidamente matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

3.4. Não poderão participar:

3.4.1. Leiloeiro com parentesco até o segundo grau de servidores do SR/DPF/RJ.

3.4.2. Tiver sido punido com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Federal, Estadual ou Municipal;

3.4.3. Leiloeiro que não preencher as condições de credenciamento estipuladas neste Edital.

3.4.4. Estiver com a matrícula de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

3.5. A participação no certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, caso contrário, poderá ocorrer o descredenciamento do Leiloeiro Oficial caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo estes mediatamente excluídos do rol de credenciados prestados. Ressaltamos que este deverá seguir rigorosamente o exposto no Decreto 99.658 de 30/10/1990, Decreto 21.981 de 19/12/32, Decreto nº 22.427 de 01/03/1933, da Lei 8.666 de 21/06/93, e das demais legislações pertinentes.

**4- DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

4.1. Os Leiloeiros Oficiais interessados no credenciamento deverão formalizar requerimento, dirigido **à SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, 3º andar, sito a Av. Rodrigues Alves, nº 1, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ** anexando os seguintes documentos:

4.1.1. Formulário de Dados Cadastrais - **Anexo II**.

4.1.2. Certidão Oficial fornecida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro de registro como leiloeiro oficial, bem como sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981 de 19/12/32, e Decreto nº 22.427 de 01/03/1933 com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do termo final para apresentação do envelope de documentação, que ateste a regular matrícula do leiloeiro.

4.1.3. Cópia autenticada da cédula de identidade.

4.1.4. Cópia autenticada do CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.

4.1.5. Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Federais e Divida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal.

4.1.6. Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Municipais do local onde esteja registrada sua matrícula.

4.1.7. Certidão Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Débitos Estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual.

4.1.8. Certidões negativas, ou Positiva com efeito negativa, de ações cíveis e criminais, dos setores e distribuição dos lugares onde tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar.

4.1.9. Declaração de que somente possui matrícula em uma única Junta Comercial.

4.1.10. Atestado, certidão e/ou declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o licitante ter realizado de forma satisfatória leilão de bens móveis da Administração Pública ou de particulares.

4.1.11. Declaração de que não se encontra inidôneo para licitar com órgão da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal.

4.2. Não serão aceitos documentos apresentados através de fax ou e-mail.

4.3. O leiloeiro interessado em participar deste Credenciamento poderá estar cadastrado e habilitado parcialmente no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.4. O cadastramento e a habilitação no SICAF dar-se-á com a apresentação da documentação discriminada na IN nº 02/10, em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais - SIASG, localizadas nas Unidades da Federação.

4.5. Declarações de inexistência de fatos impeditivos; de que o participante cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e demais legislação pertinente; de que está em situação regular para o exercício da profissão; de que não é Servidor, e não tem parentesco até o segundo grau com servidores deste Contratante.

**5- DA INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA**

5.1. O leiloeiro contratado deverá possuir local adequado para a realização do evento, com pátio para exposição e guarda de veículos, área de armazenagem fechada com vigilância diuturna, além de ter todas as condições de higiene básica, conservação e segurança para a realização do leilão.

**6- DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO**

6.1. Os serviços serão executados pelo Leiloeiro Oficial de acordo com a solicitação da SR/DPF/RJ, em local previamente definido, de fácil acesso aos interessados a participarem do leilão.

6.2. Os serviços deverão ser executados em local e endereço completo a ser determinado pelo Leiloeiro, correndo por conta do Credenciado todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciário, transporte de pessoal, publicações e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto.

6.3. Compete ao Leiloeiro Oficial a condução pessoal do leilão, somente podendo delegar suas funções a um preposto nas hipóteses previstas no art. 11º do Decreto nº 21.981, de 19/10/32, com a estrita observância das disposições estabelecidas no Edital mediante comunicação formal e prévia anuência.

6.4. Mediante circunstâncias, cabe salientar que para a prestação dos referidos serviços objeto deste Projeto, o Leiloeiro alocará recursos humanos de seus quadros, além de recursos físicos e tecnológicos, como o ambiente para realização do evento e equipamentos de informática para processamento dos trabalhos, sem qualquer despesa ao SR/DPF/RJ.

6.5. Caberão ao Leiloeiro Oficial todas as despesas e providências com a remoção do(s) veículo(s) para o local a ser efetuado o leilão e a sua guarda, e deste para a SR/DPF/RJ, em caso de insucesso na arrematação.

**7- DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO**

7.1. O **CONTRATADO** obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), conforme parágrafo único do art. 24º do Decreto 21.981 de 19/12/32, calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo a **CONTRATANTE** a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelo **CONTRATADO** para recebê-la.

7.2**.** Não será devido ao **CONTRATADO** nenhum outro pagamento além da comissão referida no item 7.1.

7.3. As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados.

7.4. Não cabe à SR/DPF/RJ, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

7.5**.** O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

**8- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

8.1. Da **CONTRATANTE,** por intermédio da **Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa**:

8.1.1. Propiciar ao **CONTRATADO** condições para a plena execução deste contrato;

8.1.2. Assegurar ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os veículos a serem leiloados.

8.1.3. Apresentar ao Leiloeiro Oficial, antecipadamente, o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.

8.1.4. Designar a Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa, que providenciará o levantamento dos veículos oficias e veículos apreendidos, e os registros das respectivas informações necessárias, bem como deliberar sobre a proposta de avaliação executada pelo leiloeiro contratado dos bens postos em leilão.

8.1.5. Informar ao **CONTRATADO**, por escrito, os dados dos servidores e/ou Órgão responsáveis pela fiscalização e gestão do Contrato;

8.1.6. Fiscalizar, através da Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa, especialmente designada para este fim, a exata execução deste contrato, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;

8.1.7. Providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do União;

8.1.8. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.

8.1.9. Deliberar sobre a prestação de contas do leiloeiro contratado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento.

8.1.10. A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local. A Administração poderá utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional ao credenciamento.

8.2. Do **CONTRATADO:**

8.2.1. Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como, e principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;

8.2.2. Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia e horário previamente definidos pela SR/DPF/RJ, no local disponibilizado pelo leiloeiro oficial, e dentro das normas do Edital;

8.2.3. Disponibilizar aos interessados, em seu escritório ou no endereço de visitação dos bens (depósitos), folhetos (*folders*), em quantidade compatível com a previsão do número de lotes e pessoas interessadas, identificando os bens a serem leiloados, até o dia marcado para a realização do leilão.

8.2.3.1. Nos folhetos (*folders*) deverá constar a descrição de cada veículo a ser leiloado com foto, fazendo constar ainda o total de débitos e taxas existentes de cada veículo, ratificando que estas taxas serão de responsabilidades do arrematante;

8.2.3.2. Notificar que todos os débitos (multas, DPVAT, IPVA e outros em atraso) oriundos dos veículos oficiais e apreendidos, correrão por conta do arrematante, além de todas as despesas referentes à transferência de propriedade do mesmo;

8.2.3.3. Informar ao arrematante que, caso não proceda à transferência de propriedade do veículo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data  
da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, de acordo com o previsto no art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, a SR/DPF/RJ poderá tomar as medidas que julgar necessárias visando a busca e apreensão do mesmo, ingressando inclusive com ação, ficando as despesas judiciais a cargo do arrematante;

8.2.4. Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços de publicação.

8.2.5. Promover a divulgação do leilão, ouvindo-se previamente a **Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa**, designada pela Autoridade competente;

8.2.6. Remeter, a possíveis interessados, cópia do Edital do leilão.

8.2.7. Afixar faixas no local da realização do leilão, de modo a facilitar o acesso dos interessados;

8.2.8. Panfletar;

8.2.9. Anunciar o leilão em jornal de grande circulação;

8.2.10. Divulgar o leilão através da internet, afixando fotos dos bens e descrição conforme previsto nos itens 8.2.3.1;

8.2.11. Utilizar sistemas de telemarketing e áudio visual para divulgação do leilão;

8.2.12. Disponibilizar, no dia da realização do leilão, um número de funcionários, facilmente identificáveis e capacitados para o bom desempenho das funções típicas do evento;

8.2.13. Disponibilizar local adequado, para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta;

8.2.14. Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos bens a serem levados a leilão, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões;

8.2.15. Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos;

8.2.16. Disponibilizar materiais de escritório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos;

8.2.17. Conduzir o leilão público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade;

8.2.18. Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do leilão;

8.2.19. Dispor de sistema informatizado, que permita o cadastro dos clientes, impressão de notas de venda em leilão, e emissão eletrônica das notas de arrematação;

8.2.20. Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os bens;

8.2.21. Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos bens alienados;

8.2.21.1. Prestar contas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de realização do leilão, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos bens, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados;

8.2.21.2. O pagamento dos lotes arrematados deverá ser recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF por GRU – Guia de Recolhimento da União, do tipo “depósito”, no Banco do Brasil. A receita deverá ser recolhida nos seguintes códigos de recolhimento, de acordo com sua natureza: XXXXX – Alienação de Veículos.

8.2.21.2.1 Quando o bem arrematado for veículo apreendido, o valor recebido deverá ser recolhido em guia de DEPÓSITO para crédito em conta corrente da Instituição Financeira definida pela JUSTIÇA, a qual será informada pela **Comissão** **de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa.**

8.2.21.3. Na hipótese de ocorrência de mora, por parte do (a) LEILOEIRO (A), os valores recebidos dos arrematantes serão entregues a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio do Janeiro, devidamente atualizados, de acordo com os juros bancários correntes, registrados no período compreendido entre a data que deveria efetivar a prestação de contas e a que efetivamente a procedeu, acrescido de multa moratória de 5% (cinco por cento), caso esse prazo exceda a 10 (dez) dias, sem prejuízo da adoção de medidas a que alude o parágrafo 4º do artigo 27, do Decreto n.º 21.981/32, salvo os casos justificáveis.

8.2.21.4. Na hipótese do arrematante efetuar o pagamento com cheque com insuficiência de fundos, o (a) LEILOEIRO (A) prestará contas dos valores efetivamente recebidos, e reintegrará os bens cujos pagamentos não foram honrados ao próximo leilão organizado pelo Leiloeiro e informará por escrito à **Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa.**

8.2.22. Informar à SR/DPF/RJ, logo após a conclusão do leilão, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação;

8.2.23. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste contrato;

8.2.24. Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;

8.2.25. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do presente contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;

8.2.26. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.2.27. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.2.28. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos depósitos e/ou nas Unidades Locais desta SR/DPF/RJ, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto deste contrato, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada inconveniente ao interesse do serviço, a critério da contratante;

8.2.29. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo;

8.2.30. Prestar informações e/ou esclarecimentos, concernentes à execução deste instrumento, que venham a ser solicitadas pela **CONTRATANTE**;

8.2.31. Conceder o apoio necessário aos servidores que serão designados pela SR/DPF/RJ para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

8.2.32. Dar ciência imediatamente e por escrito a SR/DPF/RJ, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

8.2.33. Manter absoluto sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto;

8.2.34. Submeter-se aos valores dos bens postos em leilão apresentados pela Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa;

8.2.35. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.

**9- DAS VIGÊNCIAS**

9.1. O presente Credenciamento vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da publicação do Leiloeiro Oficial credenciado no Diário Oficial da União.

9.2. O contrato a ser celebrado terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da SR/DPF/RJ e com a concordância do leiloeiro contratado, por período igual ou inferior, até o limite permitido na Lei nº 8.666/93, com atribuição de 01 (um) leilão para cada leiloeiro, sucessivamente, e de acordo com a ordem estabelecida no sorteio.

**10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do objeto, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento deste procedimento, a SR/DPF/RJ poderá, garantindo o contraditório e a ampla defesa, aplicar as sanções previstas no item 14 (quatorze) do Edital.

**11- ASSINATURAS**

Declaro que somos os responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, em atendimento ao disposto que corresponde ao credenciamento de Leiloeiro Oficial, para constar como anexo ao Edital.

**ALEXANDER DA SILVA ROSA**

Perito Criminal Federal

Matrícula : 17.673

SELOG/SR/DPF/RJ

**ROGÉRIO JORGE JAME**

Agente de Polícia Federal

Matrícula : 16.313

]

De acordo com o Projeto Básico.

**ALEXANDRE DA SILVA ORDACGY**

CHEFE SELOG/SR/DPF/RJ

Ciente das informações prestadas nas declarações acima. Aprovo o presente Projeto Básico.

SUPERINTENDENTE REGIONAL

SR/DPF/RJ

ANEXO 1 – (PROJETO BÁSICO)

**Modelo do Atestado de Vistoria *“in loco”***

**ATESTADO**

Declaramos que o leiloeiro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF Nº

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, vistoriou os locais em que os veículos oficiais e veículos apreendidos se encontram, nas dependências da SR/DPF/RJ, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Projeto Básico e seus anexos, bem como do estado e das disposições dos veículos que serão destinados ao leilão, objeto da mencionada licitação.

Rio de Janeiro,\_\_ /\_\_ /2013.

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Membro da Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa, Portaria nº xxx, de 14/09/2011, declaro estar ciente do assunto em tela.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Membro da Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Leiloeiro ou seu Representante Legal

Nome (carimbo/assinatura):

Leiloeiro Oficial

CPF

ANEXO II - (PROJETO BÁSICO)

**Modelo de Formulário de Dados Cadastrais**

LEILOEIRO OFICIAL

NOME: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PROFISSÃO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CURSO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DATA DE CONCLUSÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA JUCERJA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereços: Preencher e assinalar com um “X” qual deve ser utilizado em seu cadastro.

( ) Residencial:

Rua:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Número:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Cidade:: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Telefone

(\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

( ) Profissional:

Rua:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Número:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Telefone

(\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Declaro que as informações acima são verdadeiras.

Rio de Janeiro,\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

**CONTRATO Nº XXX/2013 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DO OUTRO, COMO CONTRATADO, O LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL XXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

**(1) DAS PARTES**

**CONTRATANTE - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,** órgão da Administração Direta Federal vinculado ao Ministério da Justiça, com sede na Av. Rodrigues Alves, nº1, CEP 20081-250, Centro, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante simplesmente denominado **SR/DPF/RJ** ou **CONTRATANTE**, representado pelo seu **SUPERINTENDENTE REGIONAL**, nos termos da Portaria nº \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no D.O.U. de \_\_\_\_\_\_\_\_\_, **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), estado cívil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, domiciliado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nomeado mediante Decreto Portaria nº\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_/\_\_\_\_\_\_\_, publicado no DOU de \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_, e do outro lado, o senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ou **CONTRATADO**, com sede \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrito no CPF/MF sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro, casado, portadora da identidade   
\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO -** O presente Contrato fundamenta-se nas Leis nº 8.666/1993, Decreto nº 21.981/1932, Decreto nº 22.427/1933, Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, e vincula-se ao Edital de Credenciamento n.º 01/2013 e seus anexos, constantes do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. As partes têm, entre si, justo e avençado e celebram o presente Contrato, instruído no Processo Administrativo nº.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cujo resultado foi homologado na data de XX/XX/2013 pelo Superintendente Regional da SR/DPF/RJ, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Contrato a execução, pelo CONTRATADO, dos trabalhos descritos no Projeto Básico, o qual fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento e assim resumidos quanto a seus elementos essenciais: Contratação de Leiloeiro Público Oficial para a execução de leilão de veículos oficiais considerados inservíveis e veículos apreendidos de propriedade ou de posse da SR/DPF/RJ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: A prestação dos serviços do Leiloeiro Oficial, no período de vigência deste instrumento, será definida pela SR/DPF/RJ, que no momento oportuno e conveniente publicará o Edital estabelecendo as datas, horários, quantitativo de bens e demais condições para a realização do Leilão Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**: Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação do CONTRATADO no certame, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666 de 21.06.93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO.**

O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, a taxa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo a CONTRATANTE a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelo CONTRATADO para recebê-la.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida nesta cláusula terceira.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**: As despesas com a execução dos leilões correrão única e

exclusivamente por conta do Leiloeiro Oficial credenciado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**: Não cabe à SR/DPF/RJ qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

**PARÁGRAFO QUARTO**: O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO QUINTO**: Caberão ao Leiloeiro Oficial todas as despesas e providências com a remoção do(s) veículo(s) para o local a ser efetuado o leilão e a sua guarda, e deste para a SR/DPF/RJ, em caso de insucesso na arrematação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O CONTRATADO se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumido, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:

I. Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como, e principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;

II. Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia e horário previamente definidos pelo SR/DPF/RJ, no local acordado pelas partes, e dentro das normas do Edital;

III. Disponibilizar aos interessados, em seu escritório ou no endereço de visitação dos bens (depósitos), folhetos (*folders*), em quantidade compatível com a previsão do número de lotes e pessoas interessadas, identificando os bens a serem leiloados, até o dia marcado para a realização do leilão.

IV. Arcar com as despesas relativas à prestação dos serviços.

V. Promover a divulgação do leilão ouvindo-se previamente a Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa designada pela Autoridade competente;

VI. Remeter, a possíveis interessados, cópia do Edital do leilão.

VII. Afixar faixas no local da realização do leilão, de modo a facilitar o acesso dos interessados;

VIII. Panfletar;

IX. Anunciar o leilão em jornal de grande circulação;

X. Divulgar o leilão através da internet, afixando fotos dos bens e descrição completa dos mesmos;

XI. Utilizar sistemas de telemarketing e áudio visual para divulgação do leilão;

XII. Disponibilizar, no dia da realização do leilão, um número de funcionários, facilmente identificáveis e capacitados para o bom desempenho das funções típicas do evento;

XIII. Disponibilizar local adequado, para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta;

XIV. Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos bens a serem levados a leilão, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões;

XV. Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles

administrativos;

XVI. Disponibilizar materiais de escritório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos;

XVII. Conduzir o leilão público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade;

XVIII. Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do leilão;

XIX. Dispor de sistema informatizado, que permita o cadastro dos clientes, impressão de notas de venda em leilão, e emissão eletrônica das notas de arrematação;

XX. Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os bens;

XXI. Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos bens alienados, devendo tal(is) valores ser(em) recolhido(s) à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF por GRU – Guia de Recolhimento da União, do tipo “depósito”, no Banco do Brasil. A receita deverá ser recolhida nos seguintes códigos de recolhimento, de acordo com sua natureza: XXXXX – Alienação de Veículos. Quando o bem arrematado for veículo apreendido, o valor recebido deverá ser recolhido em guia de DEPÓSITO para crédito em conta corrente da Instituição Financeira definida pela JUSTIÇA, a qual será informada pela **Comissão** **de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa**;

XXII. Informar à SR/DPF/RJ, logo após a conclusão do leilão, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação;

XXIII. Prestar contas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de realização do leilão, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos bens, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados;

XXIV. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste contrato;

XXV. Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à realização do leilão, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade;

XXVI. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do presente contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;

XXVII. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

XXVIII. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

XXIX. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos depósitos e/ou nas Unidades Locais desta SR/DPF/RJ, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto deste contrato, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada inconveniente ao interesse do serviço, a critério da contratante;

XXX. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo;

XXXI. Prestar informações e/ou esclarecimentos, concernentes à execução deste instrumento, que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE;

XXXII. Conceder o apoio necessário aos servidores que serão designados pela SR/DPF/RJ para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços.

XXXIII. Dar ciência à SR/DPF/RJ, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do sserviços;

XXXIV. Manter absoluto sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto.

XXXV. Manter os veículos sob sua guarda em local seguro e livre de sinistro, responsabilizando-se por qualquer dano e/ou furto que venha a ocorrer neste.

XXXVI. Notificar que todos os débitos oriundos dos veículos oficiais correrão por conta do arrematante, além de todas as despesas referentes à transferência do mesmo.

XXXVII. Submeter-se aos valores dos bens postos em leilão apresentados pela Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa.

XXXVIII. Informar ao arrematante que, caso não proceda à transferência de propriedade do veículo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data  
da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, de acordo com o previsto no art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/97, a SR/DPF/RJ poderá tomar as medidas que julgar necessárias visando a busca e apreensão do mesmo, ingressando inclusive com ação, ficando as despesas judiciais a cargo do arrematante.

XXXIX. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.

XL. Cumprir as demais obrigações constantes do Projeto Básico.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA SR/DPF/RJ**

Constituem direitos e prerrogativas da **SR/DPF/RJ**, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores, e no que couber, nas NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS vigentes na **SR/DPF/RJ**, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

**PARÁGRAFO ÚNICO**: Caberá à **SR/DPF/RJ**:

I. Propiciar ao CONTRATADO condições para a plena execução deste contrato;

II. Assegurar ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os veículos que serão destinados ao leilão.

III. Apresentar ao Leiloeiro Oficial, antecipadamente, o Edital de Leilão, com as regras concernentes à regular execução de cada evento.

IV. Designar a **Comissão de Levantamento de Bens Inservíveis para fins de Desfazimento, Leilão e Baixa**, que providenciará o levantamento dos veículos oficiais considerados inservíveis para a SR/DPF/RJ e os veículos apreendidos liberados para venda por ordem da Justiça, bem como, deliberar sobre a proposta de avaliação, executada pelo leiloeiro contratado, dos bens postos em leilão.

V. Informar ao CONTRATADO, por escrito, os dados dos servidores e/ou Órgão responsáveis pela fiscalização e gestão do Contrato;

VI. Fiscalizar, através de Comissão especialmente designada para este fim, a exata execução deste contrato, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;

VII. Providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União;

VIII. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais normas que disciplinam a matéria.

IX. Deliberar sobre a prestação de contas do leiloeiro contratado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento.

X. A divulgação dar-se-á mediante aviso de publicação no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local. A Administração poderá utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites a interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional ao credenciamento.

XI. Cumprir as demais obrigações constantes do Projeto Básico.

**CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A SR/DPF/RJ fiscalizará a execução dos trabalhos diretamente mediante servidor designado especialmente para essa função, e, se assim entender, também através de supervisão contratada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Antes da assinatura do Contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas à consulta on-line do SICAF (Art.55, inciso XIII da Lei 8.666/93), acerca da situação cadastral do CONTRATADO, bem como consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da lei nº 10.522/2002.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os trabalhos executados somente serão recebidos pela SR/DPF/RJ, se estiverem de acordo com o Projeto Básico, atendida as especificações fornecidas pela SR/DPF/RJ, bem como, em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 e suas posteriores alterações e “NORMAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS”, anteriormente citados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO**

Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei no 8.666 de 21.06.93.

**CLÁUSULA NONA– DAS SANÇÕES**

Por atraso ou inexecução total ou parcial do objeto, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento deste procedimento, a SR/DPF/RJ poderá, garantindo o contraditório e a ampla defesa, aplicar as sanções previstas no item 14 (quatorze) do Edital de Credenciamento.

O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo estes mediatamente excluídos do rol de credenciados prestados. Ressaltamos que este deverá seguir rigorosamente o exposto no Decreto 99.658 de 30/10/1990, Decreto 21.981 de 19/12/32, Decreto 22.427 de 01/02/1933, Instrução Normativa nº 113, de 28/04/2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, e da Lei 8.666 de 21/06/93, e das demais legislações

pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO**

O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, exclusive.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus Representantes Legais, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Rio de Janeiro/RJ, de de 2013.

**----------------------------------------------**

**SUPERINTENDENTE REGIONAL**

**------------------------------------------------------------**

**LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL**